



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de Informação à Ministra do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Tebet, sobre a destinação de R\$ 750 milhões do Orçamento da União ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Senhor Presidente:

Requerimento de Informação à Ministra do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Tebet, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sobre a destinação de R\$ 750 milhões do Orçamento da União ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Considerando a relevância do tema para a sociedade brasileira e o impacto potencial nas finanças dos cidadãos, apresento as seguintes perguntas:

- 1 - Quais são os fundamentos legais e constitucionais que justificam a destinação de R\$ 750 milhões do Orçamento da União para ações que beneficiam diretamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?
- 2 - Por que o governo federal optou por priorizar o financiamento do MST em detrimento de setores essenciais como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias?
- 3 - Quais critérios foram utilizados para definir que o MST seria beneficiário direto de R\$ 400 milhões para aquisição de alimentos da agricultura familiar e de R\$ 350 milhões para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária?
- 4 - Como o Ministério do Planejamento e Orçamento pretende garantir que esses recursos não sejam utilizados para financiar ações ilegais, como invasões de propriedades privadas e destruição de bens, práticas historicamente criminosas associadas ao MST?
- 5 - Por que o dinheiro do pagador de impostos está sendo direcionado para financiar uma organização que frequentemente promove a invasão e a destruição de bens privados, desrespeitando o direito de propriedade garantido pela Constituição Federal?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Apresentação: 19/03/2025 11:21:06.867 - Mesa

RIC n.877/2025

6 - Quais mecanismos de controle e fiscalização serão implementados para garantir a correta aplicação dos R\$ 750 milhões, evitando desvios ou uso indevido dos recursos públicos?

7 - O Ministério do Planejamento e Orçamento consultou os setores produtivos, como agricultores e pecuaristas, que sofrem diretamente com as ações do MST, antes de tomar a decisão de destinar esse montante ao movimento?

8 - Qual é o impacto esperado da alocação de recursos na economia nacional, especialmente considerando os prejuízos causados ao setor agropecuário pelas ações do MST, como ocupações de terras produtivas?

9 - Há previsão de compensação ou diálogo com os produtores rurais que tiveram suas propriedades invadidas ou prejudicadas pelo MST, considerando que os recursos públicos podem estar diretamente financiando tais atos?

10 - Como o Ministério justifica a aparente contradição entre o uso de recursos públicos para beneficiário do MST e a necessidade de garantir a segurança jurídica e o direito de propriedade, princípios fundamentais do Estado de Direito?

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 50, § 2º, assegura ao Congresso Nacional o direito de fiscalizar os atos do Poder Executivo, especialmente no que tange à gestão dos recursos públicos. Tal prerrogativa é reforçada pelos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que regulamentam o uso de requerimento de informação como instrumento de controle e transparência. Diante de notícias amplamente divulgadas, que indicam a intenção do Ministério do Planejamento e Orçamento de destinar R\$ 750 milhões ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é imprescindível que o Poder Legislativo exerça seu papel de zelar pelo uso responsável e ético do dinheiro do contribuinte.

O montante em questão, segundas informações veiculadas, seria dividido em R\$ 400 milhões para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e R\$ 350 milhões para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, ações que beneficiariam diretamente o MST. Tal levanta decisões sérias preocupações, especialmente considerando o histórico do movimento, que frequentemente é associado a práticas de invasão de propriedades privadas, destruição de bens e desrespeito ao Estado de Direito. É inaceitável que recursos públicos, provenientes de impostos pagos por milhões de brasileiros que lutam para sustentar suas famílias, sejam utilizados para financiar organizações cujas ações muitas vezes contrariam os princípios básicos de legalidade e ordem pública.

Além disso, a destinação de dinheiro público para um movimento específico, sem que haja clareza sobre os critérios de escolha, os mecanismos de controle e a aplicação efetiva dos recursos,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

compromete a transparência e a imparcialidade que devem orientar a administração pública. É fundamental que o Ministério do Planejamento e Orçamento preste contas previstas sobre os fundamentos legais, os objetivos estratégicos e os benefícios concretos que justificariam tal alocação, especialmente em um momento de escassez de recursos para áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública.

A sociedade brasileira, que já enfrentou desafios econômicos significativos, tem o direito de saber como e por que o governo federal prioriza o financiamento do MST em detrimento de outras demandas urgentes. A falta de diálogo com os setores produtivos, como os agricultores e pecuaristas que sofrem com a insegurança jurídica causada por invasões de terra, agrava ainda mais a percepção de que o governo erra de forma arbitrária e desrespeitosa com os cidadãos que sustentam o erário.

Desta forma, este requerimento de informação é uma medida necessária e urgente para garantir que o Ministério do Planejamento e Orçamento cumpra seu dever de prestar contas ao Congresso Nacional e à sociedade, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira responsável, transparente e em benefício do interesse público, e não de grupos específicos com práticas questionáveis.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 19/03/2025 11:21:06.867 - Mesa

RIC n.877/2025





Requerimento de Informação **(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)**

Requerimento de Informação à
Ministra do Planejamento e Orçamento,
Sra. Simone Tebet, sobre a destinação de
R\$ 750 milhões do Orçamento da União ao
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra (MST).

Assinaram eletronicamente o documento CD257126017500, nesta ordem:

- 1 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 2 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 3 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)

